

Exm.º Sr. Presidente do STJ, Conselheiro Henrique Araújo

**Exm.º Sr. Director do CEJ, Conselheiro João Manuel da Silva
Miguel**

Excelências

Colegas

Minhas Senhoras e meus Senhores

1- A Vossa Excelência, Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e do Conselho Superior da Magistratura, manifesto o meu reconhecimento pela honra que concede a esta cerimónia de Tomada de Posse do 35.º curso de formação de Magistrados Judiciais.

De igual modo dou as boas vindas e dirijo uma saudação muito especial a todos os novos Colegas que hoje tomam posse, dando início a uma nova etapa da sua vida.

2- Os Srs. Juízes prestaram juramento solene de que irão desempenhar as suas novas funções com respeito pelos deveres que decorrem da Constituição e da Lei, comprometendo-se a administrar a justiça em nome do povo.

Fizeram-no nos termos da lei emanada do órgão legitimado pelo povo em nome de quem exercem a nobre função de julgar.

Nestes tempos de pandemia, de incertezas quanto ao futuro, a vossa actividade estará sujeita a um escrutínio particular muito exigente por parte de todos os sectores da sociedade.

Certamente que vos será exigido um esforço redobrado, mas estou seguro que podemos, a sociedade pode, contar com o vosso empenho e esforço no exercício do vosso novo cargo.

3- O Poder Judicial é um dos poderes do Estado.

A sua legitimidade é igual à dos restantes poderes.

Na verdade, todos os poderes do Estado, incluindo o Poder Judicial têm uma legitimidade derivada.

A origem do Poder está nos Cidadãos, o titular originário do Poder é o Povo, em nome de quem os Juízes aplicam a Lei.

Ao exercerem a vossa função, ao aplicarem a lei em nome do Povo fazem-no apenas em obediência à lei, de forma livre e segundo a vossa consciência.

Os cidadãos esperam e desejam que os Juízes apliquem a Lei com bom senso, o mesmo bom senso que esperam de todos os titulares do Poder, designadamente do Poder legislativo na elaboração das Leis que os juízes devem aplicar.

4- Colega ora empossadas (os).

Hoje iniciam uma nova fase da vossa vida, começam a trilhar um percurso exigente.

Sabem bem que ser Juiz não é apenas ter uma carreira ou profissão. Ser Juiz tem imanente e implica ter uma forma de vida exigente, não só no trabalho mas também na vida diária, com limitações próprias que decorrem do nosso Estatuto.

Implica também obrigações acrescidas para com a sociedade, pois esta vê nos Juízes alguém que de forma isenta, independente e justa, garanta os direitos dos cidadãos.

Vocês são, a face visível da justiça, aqueles em quem o povo – em nome de quem ireis administrar a justiça – deposita a sua confiança e espera a efectiva defesa dos seus direitos.

5- A Justiça padece de vários problemas – que não são de hoje – problemas reais e que são sentidos pela comunidade, mas que estou certo ireis enfrentar com o sentido de responsabilidade que o exercício do vosso novo cargo exige.

Repito e nunca é demais relembrar, a Justiça é um rosto muito visível e simbólico do Estado e vocês – os juízes – são a face pública da Justiça.

Para os cidadãos, são os Juízes quem representa a Justiça, sendo os Juízes os responsáveis pelos êxitos e fracassos da Justiça.

Por isso, a vossa actividade está sob permanente escrutínio da sociedade a qual espera de vocês uma inteira disponibilidade no exercício da vossa função.

Estou certo, quero confiar que com a vossa conduta, ireis contribuir para manter e se possível aumentar o prestígio dos juízes e conseqüentemente aumentar a confiança dos cidadãos na Justiça.

6- Muitos de vocês perguntarão: o que devo fazer para ser um bom juiz? o que é um bom Juiz?

Muito se tem dito e escrito sobre o que é ser um bom juiz.

O juiz encontra-se vinculado à lei e é nesta vinculação à lei que se encontra o fundamento da liberdade e da independência do julgador.

Deve, assim, ser independente, isento e imparcial, deve ter bom senso, deve aplicar o direito de forma justa, deve compreender o homem concreto para poder resolver os seus problemas.

O juiz terá de estar atento, aos problemas da sua época inserido no seu tempo, aberto à cultura e á vida de forma a captar tanto quanto possível a realidade social, interpretando-a de forma a fazer às pessoas a justiça que estas esperam e a que têm direito.

Só deste modo serão possíveis boas decisões.

Mas uma decisão judicial, boa ou má, tem de ser proferida num prazo razoável, pois uma decisão que não é célere não é justa.

7- Sabemos que a celeridade na justiça não é aquela que todos desejamos.

Mas a culpa não pode ser imputada apenas aos juízes, pois que nem sempre existem nos tribunais as condições materiais e humanas necessárias ao bom desempenho da função de julgar.

Em termos humanos o número de Magistrados não será o desejável, o que como é óbvio, irá implicar um maior esforço para Todos.

E, nos próximos tempos a tendência será para piorar pois que as saídas por aposentação ou jubilação têm aumentado e não foi aumentado o recrutamento de novos juízes.

A vossa tarefa, nestes tempos de pandemia, não será fácil, mas deverá ser sempre norteadada pelo respeito dos direitos fundamentais dos cidadãos e pelo respeito do Estado de Direito e dos valores democráticos.

O desafio que vos espera não é fácil, mas quero acreditar que o ireis enfrentar com coragem e sereis sempre parte da solução e não do problema.

8- No exercício das vossas novas funções, devem ter sempre presente o princípio da independência dos Juízes, pois que este, tal como a independência dos Tribunais, constitui um dos Pilares do Estado de Direito.

O cargo no qual acabam de ser empossados, impõe-vos acrescidas responsabilidades e insisto, estou convencido de que não deixarão de aplicar o vosso empenho e esforço no sentido de

garantir uma resolução justa, pronta e eficaz dos problemas a todos aqueles que demandam o Tribunal para defesa do seu direito ofendido ou ameaçado.

O Juiz ao dar sempre o melhor de si mesmo legitima-se e legitima a actividade que exerce, contribuindo assim para o prestígio da Magistratura.

Quero acreditar num futuro melhor para a Justiça e, por isso, quero acreditar que ireis contribuir para a tão desejada eficácia da Justiça, fortalecendo assim a confiança dos cidadãos nos Tribunais.

A terminar, formulo votos de muitos sucessos para todos vós, pois o vosso sucesso é também o sucesso do sistema de Justiça.

Obrigado a todos os presentes.

Disse.

Lisboa, 3 de Setembro de 2021